

**As artes de curar o mal do Ganges no Brasil imperial**

Rosilene Gomes Farias\*

**Resumo:** Este artigo discute as artes de curar que disputaram espaço de atuação durante a epidemia de cólera que atingiu o Recife em 1856. Até então, pouco se sabia sobre as formas de transmissão e cura da doença, o que propiciou uma proliferação de medidas de prevenção e de terapêuticas que, em muitos casos, chegaram a contribuir para o agravamento da situação do enfermo.

**Palavras-chave:** Epidemia – Cólera – Recife

**Abstract:** This article discusses the competing forms of healing during the cholera epidemics in Recife, 1856. At the time little was known about contagion or how to cure the disease, which led to the employment of preventive measures and therapies that led to the aggravation of the disease.

**Keywords:** Epidemics – Cholera - Recife

A epidemia do cólera que atingiu o Recife em 1856 foi um momento crítico para a medicina de origem européia, quando suas teorias acerca da doença e sua capacidade de promover a cura foram bastante questionadas. Entre os médicos, o pouco conhecimento que se tinha sobre as formas de transmissão e cura do mal do Ganges possibilitou a diversificação dos tratamentos utilizados. De forma geral, é possível dizer que as terapias empregadas tinham por base a utilização dos purgatórios, vomitórios e sudoríferos.

Os artigos publicados em jornais, muitas vezes por médicos, deixavam claro que a medicina nada podia fazer contra uma doença tão terrível, propagando uma sensação de insegurança em meio à população.

*O cholera-morbus desde que em 1817, segundo opinião mais geralmente recebida, transpôs seus limites naturais, tem sacrificado a seu furor mais de cinquenta milhões de vítimas; incansável em sua marcha; caminhando sempre misterioso e incompreensível, ele continua a encher de luto inúmeras famílias, a assolar povoações, a juncar os cemitérios de cadáveres e a zombar dos desvelos da medicina, que perseverante em seu glorioso empenho de descobrir algum meio de*

*curar seus ataques vive ainda desconsolada por ver até hoje malogrados todos os seus esforços.*<sup>1</sup>

A variedade e a ineficácia dos tratamentos empregados chamavam a atenção para os riscos de se deixar tratar pelos doutores, o que possivelmente originou insegurança entre a população. Os mais variados compostos utilizados pelos médicos povoam os jornais da época e é provável que, aos olhos dos pacientes, aquelas terapias tanto pudessem promover a cura como resultar no agravamento da doença ou até na morte do paciente.

Mas, o medo e a insatisfação relacionados às práticas médicas não eram uma questão nova no país. Informa Carlos Miranda que as dificuldades da medicina ocorriam desde os tempos coloniais e eram uma conseqüência da quase inexistência de profissionais desta área, do pouco interesse dos médicos portugueses de virem para o Brasil e da proibição do ensino superior na Colônia. Esses fatores teriam feito com que, em muitos casos, a arte de curar dos curandeiros e dos pajés fosse preferida pelos habitantes do país. A forte concorrência das diversas artes de cura presentes no Brasil, a pequena quantidade de médicos disponíveis e o baixo poder de cura a medicina dos doutores levavam, até meados do XIX, a uma hegemonia das práticas terapêuticas populares em relação à medicina científica. (MIRANDA, 2004:19)

No Recife, em 1856, o episódio do pai Manoel foi bastante elucidativo quanto ao prestígio que possuíam as artes não oficiais de cura. O curandeiro africano era escravo do engenho Guararapes e, segundo Otávio de Freitas, “o matreiro pretinho fez contar a meio mundo que era possuidor de uma fórmula medicamentosa, um valioso e infalível específico contra a terrível doença.” (FREITAS, 1943:167) Na medida em que os médicos tornavam-se cada vez mais desacreditados por não conseguirem deter a epidemia reinante, ele ganhava cada vez mais prestígio entre a população. Não tardou para que os jornais comessem a divulgar notícias sobre as suas curas e, em 26 de fevereiro daquele ano, o Diário de Pernambuco publicava a receita do seu “remédio” milagroso.

*Junta-se raiz de pimenta malagueta, folhas de lacre, pimenta da Costa, cebolas do reino, raiz de limão (faz uma garrafada com esses ingredientes), tritura e cõa tudo, mistura com uma tigela de mel de furo, água de dois cocos secos da Bahia e uma xícara de vinagre. Descobre e despe o doente, abre as janelas e portas, comer carne assada com pirão, aplica o remédio e toma banho frio.*<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> **Diário de Pernambuco**, Recife 04 de julho de 1855.

<sup>2</sup> **Diário de Pernambuco**, Recife 26 de fevereiro de 1856.

A fama do pai Manoel espalhou-se entre as camadas pobres da população e também entre muitas famílias abastadas, que chegavam a mandar trazê-lo de carruagem para prestar socorro aos seus parentes enfermos. Assim, as autoridades foram constrangidas a permitir as atividades do curandeiro, para evitar que, em um momento que já era crítico, houvesse maiores indisposições entre o povo, atemorizado com a devastação promovida pela epidemia, e os governantes. O curandeiro chegou a receber autorização para aplicar seu “remédio” no Hospital da Marinha do Recife, onde ocupou uma sala com três camas para prestar socorro aos seus pacientes.<sup>3</sup>

Não é difícil imaginar o enorme constrangimento que a situação impingiu na classe médica, fadada a dividir espaço em um mesmo hospital com aquele que consideravam um charlatão. Quase um século depois, analisando o caso, Otávio de Freitas concluiu:

*Era até certo ponto desculpável a condescendência que tiveram os enfermeiros em aceitar a mezinha daquele improvisado curandeiro, quando o desânimo estava invadindo a todos os que se incumbiam, por dever do ofício do tratamento das vítimas do mal epidêmico, os quais somente saravam quando Deus bem queria. (FREITAS, 1943:167)*

Partindo dessa premissa, pode até parecer estratégico que as autoridades se valessem da presença do curandeiro para fazer com que os doentes procurassem o hospital, lugar que eles evitavam pelas precárias condições que ofereciam, e para reavivar as esperanças da população no momento mais trágico da epidemia, quando “não havia remédio nem dieta com que se contasse para evitar a morte dos acometidos do mal. Tudo era experimentado infrutiferamente” (FREITAS, 1943:168)

Entretanto, o episódio repercutiu mal nas províncias vizinhas e na Corte Imperial, sobretudo na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, visto que colocava a classe médica em descrédito diante da população. O fato, segundo dr. Aquino, teria sido o principal motivo da renúncia coletiva dos membros da Comissão de Higiene Pública, que logo foram substituídos por uma Comissão interina.<sup>4</sup>

Não tardou para que dois coléricos que estavam aos cuidados do curandeiro falecessem, um morrendo quatro horas após da aplicação do remédio e o outro um dia depois, o que deu aos doutores argumentos para que exigissem sua punição. O Diário de Pernambuco, fazendo-se porta-voz dos médicos, denunciou que “o preto continua no hospital da marinha

---

<sup>3</sup> **Diário de Pernambuco**, Recife 25 de fevereiro de 1856.

<sup>4</sup> **Liberal Pernambucano**, Recife 26 de maio de 1856.

pôr ter curado um, enquanto dois africanos livres pereceram”.<sup>5</sup> Mas, o pai Manoel continuou no hospital até o dia 23 de fevereiro, quando o último dos seus três pacientes faleceu. Conseqüentemente, as discussões em torno da presença do curandeiro no Hospital da Marinha ganharam fôlego extra e, através da imprensa, o dr. Aquino, antigo presidente da Comissão de Salubridade, responsabilizou o dr. Cosme de Sá Pereira, seu substituto no cargo, pelo ocorrido. Este, em atitude defensiva, replicou que “a prática malfadada já viera do tempo em que o primeiro era responsável pela saúde pública”. (FREITAS, 1943:169)

Em meio à contenda dos doutores, o pai Manoel foi advertido pelas autoridades de que estava proibido de usar seu “remédio”. Mas, o curandeiro recusou-se a cumprir as determinações da polícia e Comissão de Higiene pediu a sua prisão. Antes que ela fosse efetuada, algumas pessoas tomaram o preto sob sua proteção e ele passou a vender publicamente o seu remédio e ser levado com escolta para tratar os doentes em suas casas. Quando a Comissão reuniu-se e pediu providências, os protetores do curandeiro redobram o entusiasmo e, durante duas noites, gritaram pelas ruas e esquinas e formaram grupos que ameaçavam quebrar as boticas e bater nos doutores. Até os membros da Comissão receberam avisos de que seriam assassinados, tudo isso sem a interferência da polícia.<sup>6</sup>

Houve também um sacerdote que, no púlpito da igreja da Santa Cruz, pregou a favor do pai Manoel, acusando os médicos de estarem deixando que o cólera matasse os negros e mulatos. Esta acusação incendiou ainda mais a multidão enfurecida, visto que já havia entre as gentes de cor a desconfiança de que as autoridades e os médicos utilizaram a epidemia de cólera como instrumento para branquear a população. Essa desconfiança parece ter sido alimentada pelos altos índices de mortalidade entre negros e mulatos e porque parecia haver uma descrença quase generalizada entre as camadas populares quanto aos poderes de prevenção e cura da medicina científica. (ANDRADE, 1989:74)

O curandeiro ficou preso durante três dias e, depois disso, não foram mais registrados quaisquer incidentes envolvendo o seu nome. Ele desapareceu do cenário da epidemia deixando para trás, além das vítimas que não conseguiu salvar, um episódio que suscita muitas questões acerca da sua súbita fama e do incômodo que causou entre classe médica.

Sobre a fama do curandeiro, o dr Cosme de Sá Pereira teceu comentários em uma carta aberta divulgada no Diário de Pernambuco no dia 31 de março daquele ano. O médico argumentou que a fama do pai Manoel devia-se ao fato de o cólera não ter feito vítimas no

---

<sup>5</sup> **Diário de Pernambuco**, Recife 28 de fevereiro de 1856.

<sup>6</sup> **Diário de Pernambuco**, Recife 29 de fevereiro de 1856.

engenho Guararapes, local onde o curandeiro morava, o que fazia crer que o seu remédio era eficaz contra a doença.

Mas a questão pode ser pensada também a partir de uma colocação de Sidney Chalhoub. Segundo o autor:

*A medicina oficial era uma arena de conflitos diversos, fragmentada pelas disputas entre diferentes sistemas médicos, dividida quanto as terapêuticas mais eficazes para várias doenças, confusa quanto às formas de prevenir e combater e propagação de doenças epidêmicas. Longe de gozar do prestígio e influência junto ao poder público que aparecem como pressupostos em muito da bibliografia sobre a história da medicina e da saúde pública, a medicina oficial não existia como fenômeno coeso e monolítico capaz de produzir a medicalização da sociedade. (CHALHOUB/ SAMPAIO, 2001:17)*

Diante de tal interpretação, é possível perceber que a falta de bases sólidas e uniformidade na atuação dos médicos encorajavam a desconfiança que a população nutria em relação à medicina científica. Outro fator de distanciamento entre os doutores e seus pacientes era o incômodo dos tratamentos empregados que nem sempre eram eficazes e que, a exemplo da sangria, podiam ser bastante dolorosos.

Durante a epidemia do cólera, além das práticas de curandeirismo, também a homeopatia disputou espaço de atuação com a alopatia. Os homeopatas ganharam muitos adeptos entre os recifenses, visto que divulgavam tratamentos que não causavam tanto desconforto quanto aqueles aplicados pelos médicos e, por isso mesmo, despertou a ira de muitos dos agentes da medicina científica.

Introduzida no Recife em 1848, pelo dr Sabino Ludugero Pinho, a homeopatia teve um rápido crescimento, não tardando para que se multiplicassem os médicos, consultórios, remédios e livros homeopatas. Foi imediata a reação dos representantes da medicina oficial do Império. Com o início da propaganda jornalística do dr Sabino Pinho, o Conselho Geral de Salubridade desencadeou contra ele uma violenta campanha, na qual o acusavam de charlatanismo. (ARRAIS, 2004:471) O dr Aquino Fonseca, presidente do Conselho, chegou a

fazer uma representação à presidência da província informando sobre as práticas ilegais daquele médico. Aquino desqualificou os princípios da homeopatia afirmando que:

*A doutrina é reputada na Europa como um meio de lucrar com a credulidade do povo, do mesmo modo que todos aqueles que se tem servido são especuladores, e é reconhecida como um tipo de charlatanismo, pois que se baseia sobre princípios que postos que falsos e absurdos, iludem, agradando a imaginação.<sup>7</sup>*

A preocupação do médico se explica pelas características da homeopatia que, ao deslocar a ênfase da doença para o doente e ao conceber a doença como um desequilíbrio da força vital, colocava em questão as bases sobre as quais se assentavam os princípios terapêuticos da alopatia. Cabia então ao Conselho de Salubridade, órgão que administrava a salubridade da província e controlava as atividades daqueles que manipulavam e vendiam fórmulas medicinais, tentar deter o avanço daquele mal. (ARRAES, 2004:471)

Para Aquino, os homeopatas exploravam a credence popular e colocavam em risco a vida dos pacientes. Assim, o higienista sugeriu a liberação do Grande Hospital de Caridade do Recife para que o tratamento homeopático do doutor Sabino fosse testado em alguns doentes, o que deveria ocorrer sob a inspeção dos médicos daquele hospital e dos membros do Conselho de Salubridade Pública. A proposta foi aceita pelo governo, entretanto, segundo o dr Aquino, “o dr. Homeopata insultou grosseiramente o Conselho e sobretudo o seu Presidente (...) abuso que continuou, senão permitido pela polícia, ao menos tolerado por ela.” Isso explica-se, segundo o chefe de polícia, porque na Corte do Império essa prática era tolerada.<sup>8</sup>

Entretanto, não era tão simples qualificar a homeopatia como charlatanismo, visto que muitos homeopatas eram médicos formados, possuíam uma doutrina e discutiam os princípios das teorias médicas em termos científicos. (SAMPAIO, 2001:55) A homeopatia diferenciava-se da alopatia pelos tratamentos empregados e pelo modelo de saber médico que propagava, visto que caracterizava-se por uma medicina dos doentes individuais, em contraposição a uma medicina das doenças, como era o caso da alopatia. Era uma medicina dos sintomas,

---

<sup>7</sup>**Coleção dos trabalhos do Conselho de Salubridade Pública.** Representação de Aquino Fonseca ao presidente da província a respeito da homeopatia, 28 de julho de 1848.

<sup>8</sup>**Coleção dos trabalhos do Conselho de Salubridade Pública.** Representação de Aquino Fonseca ao presidente da província a respeito da homeopatia, 28 de julho de 1848.

baseando-se no discurso do paciente para fazer o diagnóstico e receitar a terapia adequada. (MADEL LUZ, 1988:378 – 383)

Na década de 1850, quando a homeopatia ampliava cada vez mais a sua influência no Recife, a possibilidade de uma epidemia de cólera atingir a cidade parece ter criado um campo favorável para sua propagação. Em meio ao medo, causado pelo desconhecimento de formas eficazes para curar o cólera por parte da medicina oficial, os homeopatas procuravam ganhar espaço e a confiança da população. Nos jornais se multiplicavam os anúncios sobre remédios homeopáticos que garantiam o pronto restabelecimento daqueles que fossem acometidos pelo mal. Chegou-se, em dezembro de 1855, a propor a formação de uma sociedade homeopática beneficente para atender os doentes, no caso da epidemia chegar à província.<sup>9</sup>

As relações, já tensas, entre a alopatia e a homeopatia se agravaram com o surto de cólera de 1856. Diante da pouca eficácia dos remédios empregados pelos doutores, a população passou a recorrer à homeopatia como procedimento de cura alternativo, uma escolha estimulada pelas notícias divulgadas nos jornais sobre as curas obtidas por esse método em outras províncias. Também nos jornais, repetiam-se as críticas dos membros da Comissão de Higiene àqueles que se deixavam enganar pelos especuladores que prometiam curas milagrosas. O ambiente ficou mais tenso quando alguns médicos, enviados à Vitória de Santo Antão pelo presidente da Província, foram insultados e expulsos da cidade pela população.

Naquela localidade, quatro mil pessoas, aproximadamente a metade da população, foram eliminadas pela doença. Em meio ao caos que se instalou, a Comissão de Higiene Pública local chegou a sugerir que a cidade fosse esvaziada e incendiada, para evitar que houvesse mais vítimas. Naqueles dias a epidemia atingiu grandes proporções e, com a grande mortandade foi necessária a intervenção da polícia, visto que as pessoas se negavam a enterrar os mortos. Mesmo assim, muitos cadáveres ficaram insepultos por dias no interior das casas abandonadas, nas margens das estradas e do rio.

Sobre a catástrofe que teve lugar em Vitória, os alopatas afirmavam que a alta mortandade era resultado das péssimas condições de salubridade ali existentes e da negligência da população ao recorrer aos serviços médicos dos homeopatas. Eles argumentavam que a Comissão de Higiene de Pernambuco enviou à cidade alguns dos seus

---

<sup>9</sup> **Diário de Pernambuco**, Recife 19 dezembro de 1855.

doutores para tentar inibir a ação dos homeopatas, mas a população reagiu insultando e expulsando os médicos da cidade.<sup>10</sup>

Em contrapartida à versão que os alopatas ofereceram do incidente, os homeopatas questionavam a conduta da Comissão de Higiene, que teria enviado os médicos apenas para hostilizar os homeopatas e destruir os remédios homeopáticos que fossem encontrados nas casas dos enfermos. Sobre o ocorrido Sabino Pinho afirmou que os médicos enviados à cidade “em lugar de destruir a doença, destruiu os doentes (...) era tal a mortandade que o povo, horrorizado maldizia a hora em que a caridade do governo lhe havia mandado tal socorro.” Os homeopatas chegaram a sugerir que muita gente poderia estar morrendo em função do uso dos purgantes e vomitórios, remédios de eficácia duvidosa no combate ao cólera que eram largamente receitados pelos médicos alopatas. Com a recusa da população de Vitória ao auxílio dos médicos da Comissão, o governo provincial solicitou os serviços do dr Sabino para prestar socorro aos coléricos naquela cidade, uma atitude que insuflou ainda mais a discórdia entre os representantes das duas formas de cura.<sup>11</sup>

Ao mesmo tempo, as vítimas do cólera se multiplicavam no Recife e os enfermos buscavam a homeopatia como uma prática terapêutica mais acessível e menos dolorosa. Prontamente a Comissão de Higiene Pública solicitou a prisão dos doutores homeopatas, alegando que esta arte de curar não era reconhecida legalmente. Como resposta, o chefe de polícia do Recife argumentou:

*Penso que sendo a homeopatia um sistema adotado em medicina, assim como são outros muitos bem conhecidos, uma vez que seja exercida por profissionais de saúde, por pessoas habilitadas na forma da lei, nenhuma proibição se lhes pode fazer, e por isso não os julgo no caso de charlatões.<sup>12</sup>*

Combater a homeopatia era uma tarefa que a medicina oficial se propunha desde os anos quarenta daquele século. Tratava-se de desqualificar o saber homeopático, identificando-a como charlatanismo, e reafirmar conhecimento médico alopata como o único verdadeiro. Assim, a medicina oficial pretendia manter seu controle sobre a saúde da população e sobre o exercício profissional. Naquele momento essa era uma tarefa particularmente difícil, visto que boa parte da população de Vitória e do Recife estava recorrendo à homeopatia.

---

<sup>10</sup>**Relatório do estado sanitário da província de Pernambuco no ano de 1856.** Comissão de Higiene Pública de Pernambuco. Recife: Tipografia. Manoel F. de Faria, 1857.

<sup>11</sup>Presidentes de Províncias. Ofício do presidente da Província ao dr Sabino Olegário Pinho. 27 de janeiro de 1856. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

<sup>12</sup>**Diário de Pernambuco** Recife 16 de fevereiro de 1856.

A epidemia de cólera de 1856, sobretudo no seu momento mais crítico, revelou a pouca eficácia de todas as terapias empregadas contra a doença, disseminando uma forte desconfiança com relação à medicina oficial do Império, bem como motivação para a população recorrer às formas alternativas de tratamento.

#### **Fontes manuscritas:**

- Presidentes de Províncias. Ofício do presidente da Província ao Dr. Sabino Olegário Pinho. 27 de janeiro de 1856. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano

#### **Fontes impressas:**

- Relatório do estado sanitário da província de Pernambuco no ano de 1856. Comissão de Higiene Pública de Pernambuco. Recife: Tipografia. Manoel F. de Faria, 1857

- Coleção dos trabalhos do Conselho de Salubridade Pública. Representação de Aquino Fonseca ao presidente da província a respeito da homeopatia, 28 de julho de 1848

#### **Periódicos:**

Diário de Pernambuco  
Liberal Pernambucano

#### **Referências bibliográficas:**

ARAGÃO, José. **História de Vitória de Santo Antão (1843-1982)**. Recife: FIAM/ Centro de estudos de história municipal, 1983. vol. 1

ANDRADE, Gilberto Osório de. **A cólera-morbo: Um momento crítico da história da medicina em Pernambuco**. Recife: Ed. Massangana, 1989.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2004

CHALHOUB, Sidney. Prefácio – SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2001.

FREITAS, Otávio de. **Medicina e Costumes no Recife Antigo**. Recife: Imprensa Industrial, 1943.

MADEL LUZ, Terezinha. **Natural, Racional, Social:** Razão Médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia:** Limites e espaços da cura. 1997. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

SAMPAIO, Gabriela Reis. **Nas trincheiras da cura:** as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001.